

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Apresentação</i>	XV
---------------------------	----

Capítulo 1

PROPEDÊUTICA PROCESSUAL

Análise de conceitos básicos: necessidade, bem, utilidade, interesse, conflito de interesses, pretensão, resistência e lide.	1
Formas de resolução dos conflitos: autodefesa, autocomposição e processo.	9
Processo e atuação do direito objetivo. Teorias unitária e dualista do ordenamento jurídico. . .	16
Escopo do processo. Teorias subjetivas e objetivas.	18

Capítulo 2

DESENVOLVIMENTO DO DIREITO PROCESSUAL

Evolução da doutrina processual e revisão científica do direito processual na segunda metade do século XIX.	23
Autonomia e publicização do direito processual.	34
Unitarismo e dualismo na ciência do processo: evolução e significação da parêmia.	36
Elaboração de uma teoria geral do processo.	40
Tendência unificadora e suas manifestações doutrinárias e legislativas.	41
Trilogia estrutural do direito processual: jurisdição, ação e processo.	41

Capítulo 3

JURISDIÇÃO

Funções básicas do Estado: legislação, administração e jurisdição.	45
Jurisdição e equivalentes jurisdicionais.	46
Características da jurisdição em confronto com a legislação.	48
Critérios de distinção entre jurisdição e administração.	48
Caracterização do ato jurisdicional.	53

Elementos da jurisdição e poderes jurisdicionais	55
Princípios fundamentais da jurisdição	56
Extensão da jurisdição	59
Jurisdição e suas divisões	60
Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	62
Tese revisionista sobre o conceito de jurisdição voluntária	65
Jurisdição e arbitragem	66

Capítulo 4

PODER JUDICIÁRIO. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA. DEFENSORIA

Poder Judiciário. Estrutura	69
Organização Judiciária	75
Unidade e duplo grau de jurisdição. Argumentos contrários e favoráveis ao duplo grau.	76
Composição dos juízos e tribunais	76
Critérios de ingresso na magistratura	77
Garantias da magistratura: independência política e jurídica dos juízes	78
Auxiliares da Justiça	79
Órgãos do foro extrajudicial	79
Classificação dos auxiliares da Justiça	80
Ministério Público. Posição do Ministério Público: funções, garantias e princípios informativos	80
Advocacia Pública	82
Advocacia Privada	83
Defensoria Pública	83

Capítulo 5

COMPETÊNCIA

Competência: conceito e relações com a jurisdição	85
Delimitação da jurisdição no espaço: a competência internacional	86
Competência interna: distribuição da jurisdição. Critérios de determinação da competência .	87
Prorrogação de competência. Prevenção	93
Perpetuação da jurisdição	95

Capítulo 6

PROBLEMÁTICA DA AÇÃO

Evolução do conceito de ação e doutrina a respeito	97
Teoria da ação segundo Bülow	104
Ação como emanção dos direitos da personalidade	105

Teoria de Degenkolb e Plósz.	106
Ação como direito concreto à tutela jurídica	107
Ação como direito potestativo	107
Relatividade do conceito de ação	109
Ação como direito abstrato de agir	111
Couture e a teoria da ação.	113
Teoria da ação segundo Ugo Rocco	114
Teoria das condições da ação	115
Condições da ação civil	119
Condições da ação penal.	120
Questões sobre o exercício da ação	121
Classificação das ações: ação civil, reclamatória trabalhista e ação penal	122
Elementos da ação.	125

Capítulo 7

PROBLEMÁTICA DO PROCESSO

Principais teorias sobre a natureza jurídica do processo.	129
Processo como contrato	129
Processo como quase contrato	131
Processo como serviço público.	132
Processo como instituição.	132
Processo como situação jurídica.	136
Processo como relação jurídica.	139
Relação jurídica processual: características	143
Caracterização da relação processual	146
Pressupostos processuais: pressupostos de existência e pressupostos de validade.	148
Questões sobre o processo. Defesa do réu. Conceito processual de exceção. Objeção processual	154

Capítulo 8

CONTEÚDO OBJETIVO DO PROCESSO

Problemática do mérito.	157
Mérito e lide. Lide civil e trabalhista. Lide total e lide parcial.	157
O mérito em matéria penal	160
Questões sobre o mérito	161
Ainda a defesa do réu. Conceito substancial de exceção	162
Questões prejudiciais e questões preliminares	163
Ponto comum e distinções entre questões preliminares e prejudiciais.	167
Antecipação de tutela e tutela específica	168

Meios probatórios: pressupostos e limitações.	224
Natureza do direito probatório	226
Distribuição do ônus probatório	226
Crítérios formais de distribuição do ônus probatório	227
Crítério material de distribuição do ônus probatório	229
Objeto da prova judiciária.	230
Prova de fatos negativos	233
Prova do direito.	234
Fontes de prova, meios de prova e procedimento probatório	234
Fases do procedimento probatório	235
Sistemas de valoração das provas	236
Verdade no processo: verdade formal e verdade material	237

Capítulo 14

SENTENÇA

Introdução ao estudo da sentença: atos ordinatórios e atos decisórios	239
Conceito de sentença.	240
Gênese lógica da sentença	241
Natureza da atividade judicial na emissão da sentença	242
Função da sentença	244
Sentença como ato processual e como fato processual.	246
Classificação da sentença	247
Requisitos formais da sentença.	248
Efeitos da sentença no quadro de interferência das jurisdições	250

Capítulo 15

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

Natureza jurídica da liquidação de sentença.	253
Modalidades de liquidação	254
Defesa na liquidação.	255
Proibição de sentença ilíquida	256
Alcance da liquidação.	256
Recurso na liquidação.	257

Capítulo 16

CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Tutela jurisdicional de execução. Função estatal na atuação do direito	259
Fase de cumprimento da sentença.	260

Defesa na fase de cumprimento	261
Títulos executivos judiciais e execução <i>sincretizada</i>	262
Recursos	263

Capítulo 17

RECURSO

Recurso. Notas características. Conceito	265
Duplo grau de jurisdição: dualidade de instâncias	266
Natureza jurídica do recurso	267
Pressupostos recursais	268
Sucumbência	271
Classificação da sucumbência	273
Fundamentos do recurso: <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i>	273
Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	274
Efeitos do recurso	275
Reflexos da interposição do recurso sobre a relação processual	275
Classificação do recurso	276
Proibição de <i>reformatio in peius</i>	277

Capítulo 18

COISA JULGADA

Natureza jurídica da sentença recorrível	279
Escoço histórico da coisa julgada. Contribuição de Liebman na conceituação da coisa julgada	283
Eficácia e autoridade da sentença: coisa julgada. Coisa julgada formal e coisa julgada material	283
Justificação da coisa julgada	285
Teoria da qualificação dos efeitos da sentença	291
Limites objetivos da coisa julgada	294
Limites subjetivos da coisa julgada	295
Teoria da eficácia natural da sentença	300
Projeção da coisa julgada nos planos civil, trabalhista e penal	301

Capítulo 19

EXECUÇÃO

Execução e processo	303
Pressupostos processuais do processo de execução. Objeto da execução. Condições da ação de execução	304
Embargos do devedor. Natureza jurídica. Tipologia dos embargos	306

Execução e jurisdição	306
Exceção de pré-executividade	308
Embargos à execução contra a Fazenda Pública	308
Bibliografia	311